

DA NECESSIDADE PREMENTE DE SE COMETER UMA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA QUALIFICADA DOS TRABALHOS DA LINGÜÍSTICA DO BRASIL

THE URGENT NEED TO COMMIT A POLICY ON QUALIFIED SCIENTIFIC DIVULGATION FROM BRAZIL'S LINGUISTIC WORKS

*Roberto Leiser Baronas**

“Os estudos lingüísticos brasileiros se acham numa encruzilhada, prontos para tomar um caminho novo, e vários trabalhos que estão surgindo fazem-nos muito esperar do futuro”.

Mattoso Câmara Júnior, 1961.

RESUMO: Inúmeros trabalhos acadêmico-científicos têm denunciado que a mídia brasileira tem dado a circular uma compreensão prescritiva, equivocada e preconceituosa sobre questões de linguagem, produzindo um verdadeiro desserviço à sociedade brasileira. O objetivo do presente artigo é discutir a necessidade de criação de uma política de divulgação científica qualificada dos trabalhos de pesquisa dos estudos lingüísticos brasileiros junto às três grandes associações de lingüística brasileiras – ABRALIN, ANPOLL e GEL - como uma das possíveis formas de combate a essas visões estereotipadas, equivocadas e preconceituosas sobre a língua na mídia.

Palavras-chave: Lingüística brasileira; divulgação científica; política lingüística; associações de estudos lingüísticos.

* Professor no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e no Mestrado em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível 2. Doutor em Lingüística e Língua Portuguesa pela FCL-UNESP - Araraquara. Pesquisador do Centro de Estudos FEsTA do IEL – UNICAMP. Editor da Revista de Popularização Científica em Ciências da Linguagem – Linguasagem. E mail baronas@ufscar.br

ABSTRACT: Many academic and scientific papers have reported that the Brazilian media is putting into circulation a prescriptive understanding, mistaken and biased about language issues, producing a real disservice to Brazilian society. The aim of this paper is to discuss the need to create a policy on qualified scientific divulgation from research works from Brazilian linguistic studies within the three major associations of Brazilian linguistics - ABRALIN, ANPOLL and GEL - as one of the possible ways of combating such stereotyped, mistaken and biased visions about language in the media.

Keywords: Brazilian linguistics, scientific divulgation, linguistic policy, linguistic studies associations.

0) PRIMEIRAS PALAVRAS

Em avaliação realizada no PISA - 2006 com alunos brasileiros dos ensinos fundamental e médio constatou-se que nossos estudantes obtiveram um dos piores desempenhos no tocante ao aprendizado dos saberes científicos, relacionados a três grandes áreas de aplicação: ciências da vida e da saúde, ciências da terra e do meio ambiente e ciência e tecnologia. Nessa avaliação levamos bomba, amargando o vexatório 52º lugar no ranking mundial. Entretanto, se realizássemos uma pesquisa para avaliar o aprendizado dos nossos alunos no tocante aos saberes produzidos pelas mais diversas ciências da linguagem brasileiras, o quadro, se é que é possível, seria mais desolador ainda.

Freqüentemente, fora da universidade ou até mesmo no seu interior em alguns setores menos familiarizados com as questões científicas de linguagem, quando nos perguntam qual é a nossa profissão e se lhes respondemos que somos lingüistas, geralmente as pessoas nos dizem: “Ah! preciso me cuidar ao falar com o senhor, afinal estou diante de alguém que sabe a língua portuguesa corretamente” ou “Ah! o senhor sabe então muitas línguas! O português é a língua mais difícil do mundo. O senhor teve muita dificuldade para aprender outras línguas” ou ainda “Que bom que existem pessoas como o senhor que sabem redigir corretamente uma carta, uma ata, uma portaria, etc”. Essas respostas que olham os lingüistas ou como juizes da língua, ou como políglotas ou ainda como bons redatores de textos, embora um pouco caricaturadas, evidenciam o quanto a população brasileira desconhece o papel dos lingüistas na nossa sociedade. Se

atentarmos para o olhar que alguns intelectuais têm sobre nós, não obstante o seu alto grau de conhecimento nas suas áreas de atuação, verificaremos que a situação é mais desconcertante ainda. Somos tachados com adjetivos que vão de “nervosos” como fez Josué Machado em seu artigo, intitulado “Lula e a língua do povo”, publicado na Revista Educação em 30 – 05 – 2003 até “populistas” e “superesnobes” como fez Caetano Veloso em seu texto postado no Blog “Obra em progresso” em 02 – 09 - 2008:

Atualmente, alguns lingüistas nervosos dizem que os defensores do ensino tradicional do idioma teimam em valorizar a gramática normativa, com seu apego aos clássicos e suas falhas e irrealidades, porque querem manter a língua como instrumento de controle social das classes dominantes. Essas “classes dominantes”, nunca bem definidas, provavelmente querem impedir que algum representante das classes menos favorecidas chegue ao poder. Algum ex-operário, talvez. Pior, cerceador e sem um dos dedos mindinhos (...) O problema é que tais lingüistas parecem ter transformado o formidável instrumento que é a lingüística moderna, fundamental para o estudo científico da língua, num fim em si mesmo. Como? Substituindo parte da cabeluda e deficiente nomenclatura da gramática tradicional por uma emaranhada terminologia lingüística (Josué Machado)

(...) li uma entrevista na Caros Amigos, que me foi enviada por Tuzé de Abreu, de um lingüista que escreveu “A norma oculta”, defendendo o português de Lula contra os preconceitos da “elite”. Eu tenho idéias políticas a respeito. E não preciso me formar em lingüística na Sorbonne para expô-lo. Claro que são argumentos para se discutir. Mas são fortes. Na entrevista do autor de “Norma oculta” (não estou evitando escrever seu nome: simplesmente esqueci, mas faço questão de mencionar o nome do livro, que deve ser lido) há agressões a Pasquale (por parte dele e dos entrevistadores) e a toda idéia de correção ou enriquecimento da fala. E um quase silêncio mórbido sobre a língua escrita. Ora, eu acho que esses arroubos de populismo são em geral um superesnobismo mal disfarçado (Caetano Veloso).

Entretanto, é na mídia de massa quer seja ela privada ou estatal que a situação, se é que é possível, piora ainda mais. Inúmeros trabalhos¹ têm

¹ Possenti, S. A língua na mídia. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009; Faraco, C. A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008; Scherre, M. M. P. Doa-se lindos filhotes de poodle: variação, lingüística, mídia & preconceito. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2005; Bortoni-Ricardo, S. M. Nós chegemu na escola: e agora? São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2005 Bagno, M. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2000;

denunciado que a mídia brasileira, na maioria das vezes para a preservação dos valores das elites e/ou por desconhecimento dos trabalhos de pesquisa realizados pela lingüística brasileira, tem dado a circular uma compreensão prescritiva, equivocada e preconceituosa sobre questões de linguagem, produzindo um verdadeiro desserviço à sociedade brasileira. O objetivo do presente artigo é discutir a necessidade de criação de uma política de divulgação científica qualificada dos trabalhos de pesquisa dos estudos lingüísticos brasileiros junto às três grandes associações de lingüística brasileiras – ABRALIN, ANPOLL e GEL - como uma das possíveis formas de combate a essas visões estereotipadas sobre a língua na mídia.

1) A LÍNGUA NA MÍDIA E NA BOCA DE ALGUNS ESPECIALISTAS: PRESCRIÇÃO, EQUÍVOCOS E PRECONCEITO

Conforme vimos no início desse texto, para a grande maioria da população brasileira, inclusive a que tem detém um alto grau de escolaridade, um profundo conhecimento científico em outras áreas, as questões de linguagem se resumem à dicotomia do certo e do errado. Para essas pessoas, as gramáticas normativas, os dicionários e, raramente, alguns saberes sobre etimologia são ainda o único parâmetro de avaliação para questões de linguagem.



A manchete ao lado, publicada em um Jornal de Araraquara em 2008, nos mostra o quanto a mídia brasileira mantém-se ignorante e preconceituosa em relação às questões lingüísticas. O que o jornal araraquaraense designa como um “castigo para a língua portuguesa” não passa de um ponto de vista ortográfico de uma simples falta de acentuação.

É possível observar que todas as palavras que supostamente, segundo a manchete, estariam castigando a língua portuguesa, seguem rigorosamente as estruturas silábicas do português brasileiro. Por exemplo, tanto “utilidades domesticas” quanto “facas, facões, canivetes, cestarias, vasos,

enfeites, lâmpadas” seguem o padrão mais freqüente do português brasileiro que é a ocorrência C+V (consoante + vogal) ou CVC (consoante + vogal + consoante) no início das sílabas dos vocábulos. O falso argumento contido na manchete: “O desconhecimento das regras formais da língua e principalmente a ausência de preocupação pela busca das formas corretas de escrever podem gerar, com a repetição, um retrocesso no aprendizado”, é completamente desmentido pelo exemplo arrolado. Esse exemplo evidencia, por um lado, a rigorosa inscrição dos vocábulos na estrutura silábica do português e, por outro, que o indivíduo que escreveu as palavras “domesticas” e “lâmpadas”, mesmo sem a devida acentuação gráfica, conhece muito bem as regras formais da língua portuguesa. Se a pessoa tivesse escrito “dmsticas” ou “lmpadas”, por exemplo, aí sim é que poderíamos dizer que ela estaria incorrendo em erro de língua portuguesa, uma vez que o português brasileiro não admite em início de vocábulos a ocorrência de três consoantes mais uma vogal: CCC+V. Seqüência essa, no entanto, perfeitamente admitida em vocábulos como “stráda” no Crioulo de Santiago, a língua mais falada no arquipélago de Cabo Verde na África e por uma grande parte dos cabo-verdianos que moram atualmente em Portugal. Tampouco seria erro de língua se a pessoa tivesse escrito “dmeesticas”, por exemplo: estrutura silábica CC+V que é admitida em vocábulos do português oral de Portugal. O exemplo serve também para ilustrar uma das diferenças marcantes entre o português europeu e o português brasileiro que é justamente a queda das semivogais entre as consoantes. Embora o português brasileiro não admita a seqüência d + m em início de vocábulos, ele admite outras seqüências com CC+V como é o caso das palavras praça, cruz e chuva.

A falta de acentuação gráfica nos exemplos arrolados pelo Jornal não se constitui num problema de língua e sim de ortografia. Seria um problema de língua se a pessoa que escreveu os vocábulos os tivesse escrito não seguindo a estrutura silábica do português. Por exemplo, se ela tivesse grafado a palavra “lâmpadas” com dois êsses finais: “lampadass”. Esse tipo de estrutura CC em final de palavra, exceto em palavras oriundas do inglês, (miss ou shopping, por exemplo) não é regular no português brasileiro. Contudo, perfeitamente possível no ucraniano, por exemplo: mist (‘ponté’).

A língua, diferentemente da ortografia, varia de classe social para classe social, de uma situação comunicativa para outra, de uma região para outra, de uma faixa etária para outra, de um período histórico para outro, etc. Enquanto a ortografia é homogênea, a língua é constitutivamente heterogênea.

É falacioso afirmar, portanto, que a falta de acentuação se constitui num castigo para a língua, uma vez que esse tipo de problema não afeta a língua. A falta de acentuação não implica que as pessoas não entendam a mensagem expressa e implica muito menos provocar qualquer mudança na estrutura da língua. A ortografia, produto de uma convenção social, embora seja a parte mais visível de uma língua não é o seu centro. As línguas não estão organizadas em torno da ortografia. Uma língua se define por um sistema de regularidades fônicas, gramaticais e lexicais. Há no Brasil pelo menos duas dezenas de línguas indígenas que são ágrafas e nem por isso seus usuários deixam de se comunicar, ou de reivindicar seus direitos por melhores condições de vida.

Poderíamos questionar o anteriormente exposto dizendo que esse desconhecimento sobre uma visada científica sobre linguagem se dá em jornais pequenos, que não têm muita preocupação com um debate qualificado² sobre as questões que põe em circulação. Todavia, em termos de língua enquanto objeto de divulgação qualificada não são só os pequenos veículos de comunicação que apresentam problemas. Exemplo do que estamos asseverando pode ser constatado no texto abaixo. Trata-se do texto do jornalista e articulista da Folha de S. Paulo, Marcelo Leite, intitulado “De onças e antas”, que foi publicado no Caderno Mais, no domingo dia 13 de janeiro de 2008.

De onças e antas

Se o chamassem de anta, Aldo Rebelo deveria retorquir: “Anta, não, tapir” Dado que João Pereira Coutinho estreou na última página da *Ilustrada* discorrendo sobre ouriços e raposas, esta coluna seguirá o exemplo versando sobre onças e antas. Um aforismo do grego Arquíloco reza que raposas sabem muitas coisas, enquanto o ouriço sabe uma só, mas muito importante. Coutinho o recuperou para registrar o paulatino sumiço dos ouriços, sem chegar a lamentar o fato. Creio que se incomodava ainda menos com a desapareição das antas, que afinal nada sabem. Já o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), por exemplo, ficaria uma arara se o chamassem de anta. Como todo brasileiro e político sagaz, ele sabe muitas coisas. Um pouco menos ofensivo, vá lá, seria o epíteto de amigo da onça. Rebelo, mesmo tendo sido presidente da Câmara, é mais conhecido como

² Tomamos essa expressão de empréstimo do professor Adilson Alves, que em seu artigo publicado no jornal *Gazeta do Povo* de Curitiba em 05 de janeiro de 2009 disse que a língua é de todos, mas “se prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, *qualificar o debate* sobre nossa língua também não causará dano algum” (grifos meus).

o propositor do dia do Saci e do projeto de lei banindo palavras estrangeiras. Tende a ser ridicularizado por esse nacionalismo à Policarpo Quaresma. Mas ninguém reclama quando um grupo de pesquisa é nomeado Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis por cientistas brasileiros, os amigos da Onsa. Rebelo ao menos se incomoda com tais asneiras. Seu projeto, contudo, se enreda em dificuldades insolúveis -e nem se trata do óbvio atentado à liberdade de expressão, que ressoa a maóismo. É nas palavras, mesmo, que se encontra o busílis. Em seu artigo 2º, o projeto -que já pode ir a voto em plenário- ordena “difundir e valorizar a língua portuguesa” e “o estudo e a pesquisa sobre as variedades lingüísticas do português brasileiro”. Talvez por se dar conta de que a língua portuguesa no século 16 era um idioma de imperialistas, Rebelo teve o cuidado de requalificá-lo como “brasileiro”. Ora, o simples amálgama dos gentílicos na expressão já trai a tendência das línguas para a hibridação. Com e como as pessoas, palavras viajam, se misturam e se casam, numa barafunda que etimologistas nem sempre conseguem deslindar. Por coerência radical, Rebelo deveria incluir no projeto artigo determinando que se dê preferência, no “português brasileiro”, a termos de origem indígena. Afinal, foi sob a opressão do colonizador que desapareceu a língua tupi falada no litoral do pau-brasil. Se o chamassem de anta, Rebelo deveria retorquir: “Anta, não, tapir”. Também seria obrigatório converter o amigo da onça em amigo do jaguar. Aparências enganam: onça e anta são, de um ângulo estritamente nacionalista, evidentes estrangeirismos. “Onça” tem origem na raiz grega para “lince”, talvez pelo italiano “lonza”. Já “anta” viria do árabe “lamta”, uma espécie de antílope. Nos dois casos ocorreu deglutição do “l”, confundido com um artigo dispensável. Em muitas línguas, inclusive latinas, onça é jaguar e anta, tapir. As duas palavras existem em “português brasileiro”, mas além de pouco usadas soam, hum, importadas. Jaguar é nome de carro de luxo. Tapir só aparece em placa de zoológico. São ambos vocábulos de origem tupi, ora veja. O significado original de “jaguar” varia conforme a fonte, de “devorador de gente” a “parecido com cachorro”, mas sempre feral. Já o de “tapir” seria tão vago quanto o bicho, um termo genérico para mamífero, bicho grande. Fica aqui um aforismo para o deputado Aldo Rebelo: a anta não sabe nada, mas a onça sabe uma coisa só -jaguares atropelam, matam e comem bichos grandes, inclusive gente. Sua vida, como a da língua, depende de desconhecer regras e boas intenções.

Em “De Onças e antas”, o autor Marcelo Leite ironicamente tece duras críticas ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados do Parlamentar Aldo Rebelo sobre a proibição do uso de estrangeirismos nos meios de comunicação, nas mensagens publicitárias, na administração pública, etc. Não obstante o projeto de Aldo Rebelo do ponto de vista da lingüística se constituir num projeto equivocado, visto que desconsidera entre outras

questões que a incorporação de palavras novas numa língua natural não atinge a fonética, a morfologia, a sintaxe dessa língua, nem mesmo o seu fundo léxico comum, a discussão que o Marcelo Leite elabora para criticar tal projeto se baseia num amálgama de senso comum acrescido de pitadas etimológicas. O autor, apesar de coordenar um *blog* de divulgação científica “Ciência em Dia” (www.cienciaemdia.zip.net), ignora completamente o que a pesquisa lingüística brasileira tem realizado nos seus últimos sessenta anos.

O desconhecimento do autor nesse campo é tanto que no seu texto chega a duvidar da existência do português brasileiro, pois assevera que é o próprio Rebelo que requalifica a língua portuguesa como brasileiro, por tratar-se de uma língua de imperialistas. Estudos lingüísticos, sobretudo os de sintaxe têm demonstrado que entre o português europeu e o português brasileiro há diferenças que vão muito além do léxico e da fonética. Tais diferenças se inscrevem na organização sintática dessas línguas. Se o português europeu segue uma ordem do tipo SVO (sujeito + verbo + objeto = comprei um carro ontem), o brasileiro, por sua vez, possui uma ordem do tipo TC (tópico e comentário = o carro, comprei um ontem)³.

O autor não mobiliza nenhum tipo de saber produzido cientificamente acerca de questões de linguagem ou mesmo sobre política lingüística para criticar o projeto de Rebelo. Ele lança mão apenas da etimologia de certas palavras para evidenciar que a língua portuguesa se constituiu a partir de inúmeras outras línguas e que, portanto, o projeto de Rebelo não tem coerência. Embora a etimologia seja um recurso retórico que goza de bastante legitimidade na nossa sociedade, do ponto de vista da compreensão do funcionamento lingüístico de uma dada língua natural, o método etimológico pouco contribui, pois, ao procurar compreender a

³ A lingüista Eunice Pontes em seu trabalho “Sujeito: da sintaxe ao discurso” ao questionar o estatuto do sujeito em português e, sobretudo, do chamado sujeito posposto, nos diz que este se dá quando algum elemento na oração se torna mais tópico do que sujeito. Isso explicaria porque a posposição do sujeito se dá em orações topicalizados de modo geral, aí incluídas também as relativas, interrogativas com pronome, optativas, exclamativas, todas elas marcadas em relação à declarativa neutra afirmativa, que é a não-marcada em português. Esse princípio da topicalidade relativa, explica o fenómeno de uma maneira geral. Quanto às orações existenciais, que não têm tópico, explica-se a posposição pelo fato de que o sintagma nominal não é tópico, nesse caso. (...) É importante assinalar esse ponto: o sintagma nominal não é simplesmente posposto ao verbo, ele ocorre freqüentemente no fim da sentença. (PONTES, 1986, p. 34)

historicidade de determinados vocábulos isoladamente, desconsidera que estes fazem parte de um sistema, cujos elementos que o constituem mantêm entre si uma relação de interdependência. Ademais, satiriza o parlamentar comparando-o ao quixotesco personagem Policarpo Quaresma de Lima Barreto.

Um outro reflexo dessa baixa discussão científica sobre língua na mídia pode ser observado também em outros em suportes midiáticos que se apresentam com a função de desenvolver a criticidade dos seus leitores. As questões de linguagem, quando aparecem nesses suportes, se constituem num conjunto de dicas do tipo “não erre mais”, “aprenda a falar e a escrever corretamente”, etc. Para deixar um pouco mais evidente as nossas asserções anteriores, observemos o texto abaixo de Pasquale Cipro Neto, um “especialista em questões de língua”, publicado no *site* da TV Cultura www.tvcultura.com.br em junho de 2005.

“Muitas pessoas no Brasil dizem “pobrema”. A pronúncia oficial, no entanto, deve ser sempre como se grafá a palavra: **pro-ble-ma**. Há um comercial de televisão com uma atriz muito conhecida. Em certa altura de sua fala, ocorre uma troca de sílabas, nem sempre perceptível: *Se a vaca pudesse escolher um hidratante pra proteger o couro dela, era Tom Bom. Ela ia falar assim, ó: ‘Tooom Booom’.* Tom Bom é um creme que penetra e **renegera** cada fibra, deixando o couro vivo, macio, doidinho pra brilhar... A atriz Denise Fraga, que fez o comercial, relatou que foi preciso convencer o pessoal da agência de publicidade para a qual fez o comercial a aceitar **renegera** no lugar de **regenera**. O resultado ficou delicado e interessante. A ciência que se ocupa desses desvios de pronúncia é a fonoaudiologia. Em depoimento ao programa, a fonoaudióloga Sandra Pela fala a respeito do assunto: “Para a produção efetiva dos sons da fala, algumas estruturas são necessárias. O ar vem dos pulmões, passa pela laringe e produz som nas pregas vocais. Esse som é então modificado no trato vocal ou na caixa de ressonância. O trato vocal é que dá a característica específica de cada som. Por exemplo: se o ar sai mais pelo nariz do que pela boca, temos os sons nasais, como na pronúncia das letras ‘m’ e ‘n’. Se o som é produzido durante o fechamento dos lábios, temos os sons das letras ‘p’ e ‘b’. Quando esse mecanismo da fala está alterado, temos um fenômeno que é conhecido, atualmente, como **dislalia ou distúrbio articulatório**. Antigamente era chamado de **rotacismo**. No caso das crianças, o problema pode ser decorrência de um atraso no desenvolvimento e de alterações na habilidade motora ou no comando do sistema nervoso central. No caso dos adultos, podemos pensar em trocas articulatórias dos fonemas - como falar ‘Cráudia’ em lugar de ‘Cláudia’, ou de sílabas, como no caso do comercial mencionado. A pessoa faz essa alteração

muitas vezes em decorrência do seu meio cultural”. Como vimos, o **problema** tem explicação científica e há solução para ele. A pessoa pode fazer um tratamento para aprender a empostar a voz, a pronunciar melhor as palavras. O importante é que ninguém seja discriminado por isso”(grifos nossos).

Do ponto de vista da lingüística histórica, tanto “problema” quanto “problema” são perfeitamente gramaticais, isto é, o primeiro não é uma degenerescência, deturpação do segundo e, o seu falante, ao contrário do que assevera preconceituosamente Cipro Neto, alicerçado na ideologia da língua portuguesa única, não tem “um atraso no desenvolvimento e alterações na habilidade motora ou no comando do sistema nervoso central”. Trata-se, na verdade, de um fenômeno fonético bastante regular presente no falar da baixada cuiabana, e em alguns municípios do interior paulista, por exemplo, denominado rotacismo: o nome técnico dado a “troca” do fonema “l” pelo fonema “r”. Troca essa que fez parte da formação histórica do nosso português padrão, ou seja, são reminiscências do português arcaico que ainda sobrevivem no português atual. Cunha (1986, p. 211) lembra que “o rotacismo representa uma tendência românica muito difundida, tendo sido mesmo uma evolução normal dos grupos de “l” do latim para o português”.

Se tomarmos um acontecimento lingüístico mais recente, a assinatura do Acordo Ortográfico pelos países de língua portuguesa, constatamos que os equívocos divulgados se multiplicam não apenas por aqueles que dizem a mídia, mas também por especialistas em literatura e em educação, pessoas que pelo menos em tese deveriam ter um olhar um pouco menos baseado no senso comum sobre linguagem. Tomemos por exemplo os textos abaixo veiculados no jornal Folha de S. Paulo e no Programa Bom Dia, Ministro que teve a coordenação e a produção da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, ambos veiculados em 08-01 de 2009. Neste programa o Ministro da Educação Fernando Haddad respondeu a perguntas de ouvintes sobre os mais variados assuntos ligados à educação brasileira.

“Frederico Barbosa – poeta e crítico literário brasileiro – acha que o acordo ortográfico ‘será muito interessante para que não haja duas línguas ou três ou nove línguas portuguesas diferentes”

“Pergunta: Ministro, essa mudança ortográfica, na sua opinião, melhora a educação ou contempla pessoas que sempre tiveram dificuldades com a escrita,

ministro? Resposta: *Olha, esse acordo ortográfico simplifica a língua. Todo acordo que simplifica a língua é bem vindo.* É óbvio que sempre tem uma fase de transição que todo mundo reclama um pouco, porque todos tinham aprendido de um jeito e vão ter que aprender de outro. Ocorre que o acordo afeta apenas meio por cento do vocabulário da língua portuguesa, no caso do Brasil, afeta mais Portugal, que também aderiu ao acordo, como os demais países da comunidade de países de língua portuguesa. O acordo fortalece a língua no mundo, na minha opinião. E é isso que tem que ser visto com mais cuidado. Nós somos 8 países em que o português é língua oficial, e alguns países que têm o português como língua não oficial. Mas, somos oito países que tem o português que tem como língua oficial, e era a única língua que tinha mais de uma ortografia. O espanhol não tem, nem o francês, nem inglês, português era a única língua com mais de uma ortografia, não fazia sentido, isso. Nós enfrentávamos resistência dos organismos internacionais em reconhecer o português como língua oficial desses organismos, justamente porque não havia um único português, não se sabia como grafar muitas palavras que tinham grafia díspare - aqui, em Portugal, em Guiné Bissau, Moçambique, Angola, Timor e assim por diante. Então, esse acordo internacional ele envolve oito países da comunidade da língua portuguesa e ele vem justamente para reforçar a presença da língua portuguesa do cenário internacional. (grifos meus).

Nos dois textos, equivocadamente, tanto Frederico Barbosa quanto Fernando Haddad compreendem que ortografia e língua se identificam. Elas são colocadas numa mesma ordem de fatos, pois entendem que língua e sua representação gráfica se superpõem. Para eles, a ortografia constitui elemento preponderante na organização das línguas. A respeito desse equívoco, deixemos José Luiz Fiorin (2009, p. 22) falar:

A idéia de que a ortografia pode “corromper” a língua é um equívoco, porque se funda na noção de que a ortografia é um elemento central da organização das línguas. Não é. Uma língua define-se por um sistema fônico, uma gramática e um fundo léxico comum. Embora haja diferenças entre a maneira de compor um texto oral e um texto escrito, a ortografia é uma convenção por meio da qual se representam as formas faladas da língua. Isso significa que nenhuma mudança ortográfica representa transformação (ou simplificação) da língua.

Carlos Alberto Faraco, em seu texto, *A imprensa e o Acordo Ortográfico*, publicado em 15 de janeiro de 2009 no site da Rádio CBN de Curitiba, também critica os que equivocadamente entendem a unificação da ortografia da língua portuguesa como uma questão de unificação da língua:

A unificação ortográfica (objetivo do Acordo) foi, muitas vezes, confundida com uma pretensa ‘unificação da língua’. Chegou-se a acusar o Acordo de ineficaz (e até de inútil) porque o léxico e a pronúncia continuariam diferentes nos diversos espaços em que a língua é falada. Ora, em nenhum momento o Acordo teve como objetivo mais do que resolver a duplicidade de ortografias (a lusitana e a brasileira), fato esdrúxulo que nos vinha perturbando há quase um século. Unificar a língua (...) não é nem desejável, nem possível: a língua expressa a experiência histórica e cultural das populações que a falam. Como estas experiências são necessariamente diferentes, a língua terá também características próprias em cada um dos seus espaços. Essa diversidade constitui um patrimônio inestimável. Nunca um problema. Quando se discute matéria linguística, um princípio básico é jamais confundir fatos de língua com fatos de sua representação gráfica. São duas realidades diversas, com características e dinâmicas próprias.

Os saberes produzidos pelas mais diversas Ciências da Linguagem, tais como os de Fiorin e Faraco, no entanto, pouco estão disponíveis para a grande maioria da população brasileira. É preciso atuar como um verdadeiro detetive, procurando o reduzido número de veículos que trazem discussões qualificadas sobre língua⁴. O que impera na maioria esmagadora do suportes midiáticos brasileiros, inclusive, nos públicos, como é o caso da TV Cultura, que deveria primar por um olhar mais científico sobre os temas que trata, é o olhar prescritivista e preconceituoso sobre língua.

Embora, por um lado, sugestões semelhantes às de Josué Machado, Caetano Veloso, Frederico Barbosa e Fernando Haddad, Marcelo Leite e Cipro Neto veiculadas pelas mídias públicas e privadas possam ser vistas como benéficas para a sociedade, por outro, são baseadas no mais puro senso comum, isto é, os suportes midiáticos não divulgam questões de linguagem com base nas pesquisas científicas que são cotidianamente elaboradas nos centros de pesquisa e universidades brasileiras nas mais diversas áreas e domínios das Ciências da Linguagem. Poderíamos multiplicar os exemplos, mas acreditamos que os arrolados evidenciam que há ainda um longo a caminho a ser percorrido para que os saberes produzidos cientificamente sobre linguagem sejam transformados em objeto digno a ser divulgado.

⁴ Acreditamos que atualmente no Brasil dois sites privados com acesso gratuito possuem em seus domínios colunas de especialistas em linguagem e trazem discussões bastante qualificadas sobre questões lingüísticas. Trata-se da coluna do professor Sírio Possenti no Terra Magazine www.terramagazine.com.br e do Professor Carlos Alberto Faraco no site da Rádio CBN de Curitiba www.cbncuritiba.com.br

Não obstante a questões econômicas e a relações de poder interferirem na baixa divulgação científica dos saberes produzidos pelas Ciências da Linguagem na mídia, acreditamos que uma das razões para que estes saberes não tenham uma presença mais constante nos mais diversos suportes midiáticos, se deva ao fato de que eles são não divulgados como textos de divulgação científica. Cremos que esses saberes possam fazer parte mais ativamente do cotidiano das pessoas, desde que sejam veiculados num gênero que seja mais acessível, como é caso do gênero de divulgação científica.

2) DA NECESSIDADE DE SE TRATAR OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS COMO OBJETO QUALIFICADO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Antes de entrar a fundo na discussão sobre a necessidade de criação de uma política de divulgação científica, cremos ser importante dizer com qual concepção de divulgação científica estamos operando. Pensamos que a divulgação científica da lingüística brasileira, diferentemente do que ocorre na mídia com as outras ciências, em que um jornalista articula a sua voz ao dizer de um cientista, circunscrevendo-o numa única comunidade científica⁵, deva se dar nos mais diferentes gêneros discursos - enciclopédias, revistas para crianças ou adolescentes, CD rooms, programas de rádio ou de televisão, sites na internet, artigos de divulgação, inclusive na imprensa comum - cujas vozes que os constituem sejam a dos especialistas em linguagem. Esse tipo de organização discursiva evita, por exemplo, que o locutor-jornalista ancore o seu discurso na voz de um outro locutor - o cientista - para construir a sua argumentação ou a sua contra-argumentação, por um lado não se responsabilizando efetivamente pelo que é dito e, por outro, silenciando vozes e comunidades languageiras que estão inscritas em outros mirantes analíticos. Não se trata de construir um

⁵ Sophie Moirand (2007) em seu trabalho sobre a divulgação científica na mídia, intitulado "Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos", nos mostra que "em discursos de difusão das ciências do universo na França, prefere-se insistir sobre a racionalidade da ciência e não há mais que rara e rápidas alusões (irônicas ou condescendentes) a outra comunidade: não se situam nunca os trabalhos da astrofísica em relação aos intertextos dos astrólogos. Os objetivos, pois, das duas comunidades estão tão distanciados (para um, a pesquisa visa a produzir conhecimentos novos sobre o universo, para outro, trata-se de predições elaboradas a partir da influência suposta dos astros sobre os humanos) que elas não podem constituir duas formações discursivas que se interessem pelos mesmos objetos, a existência de um pressupondo, então, a presença mostrada ou escondida de outro".

discurso monologal em que uma única voz se apresenta como a detentora de uma verdade única, mas de um discurso plurilocal em que diferentes vozes e comunidades de linguagem são mobilizadas e colocadas em diálogo polêmico ou de aliança para apresentar os resultados das pesquisas aos mais diferentes públicos. Nessa ordem discursiva plurilocal, o destinatário não é um receptor passivo da voz do locutor, mas um interlocutor, um sujeito que participa ativamente do discurso.

Acreditamos que a política de divulgação científica dos trabalhos da linguística brasileira ancorada nessa ordem discursiva plurilocal deveria fazer parte de uma política pública maior que é a criação de uma política linguística para o Brasil, como bravamente tem feito, muitas vezes sem nenhum tipo de apoio das companhias de fomento à pesquisa, alguns pesquisadores como Arion Rodrigues com as línguas brasileiras indígenas, Ataliba de Castilho com a gramática do português brasileiro falado e com o português caipira, Gilvan Müller de Oliveira com as línguas brasileiras de imigração e os falares fronteiriços, Vanderci de Andrade Aguilera com o falar rural paranaense, Yeda Pessoa de Castro com as línguas brasileiras dos afrodescendentes, Eni Orlandi com a elaboração da Enciclopédia das Línguas no Brasil e Rosa Virgínia Matos e Silva com o português diacrônico, só para citar alguns dos nomes mais conhecidos. Trata-se, na verdade, de uma questão de Estado⁶. No entanto, todos nós linguistas temos muita responsabilidade na árdua tarefa de provocar a criação de uma política linguística pública para o Brasil. Acredito que poderíamos começar essa provocação transformando os estudos linguísticos como objeto qualificado de divulgação científica.

Temos deixado de tratar os estudos linguísticos como objeto digno de divulgação científica por inúmeras razões. A primeira delas tem a ver com a disciplinarização da linguística nos Cursos de Letras das universidades brasileiras, ocorrida em 1962 por determinação do Conselho Federal de

⁶ Nos últimos anos, embora no ritmo dos quelônios, o Estado brasileiro tem caminhado na direção da criação de algumas políticas de línguas. Em 2006, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e com o Instituto de Política Linguística – IPOL – promoveu o seminário legislativo sobre a criação do Livro de Registro das Línguas. Foi um evento que objetivou discutir a importância do registro das línguas minoritárias brasileiras como patrimônio imaterial e a necessidade premente de criação de políticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade linguística brasileira.

Educação⁷. Essa disciplinarização se deu com base em uma lingüística estritamente teórica, outros pertinentes olhares sobre lingüística não foram contemplados. Outra delas tem a ver com a nossa formação tanto na graduação quanto na pós-graduação. Tanto em um quanto em outro nível de formação dificilmente somos mobilizados a escrever textos de divulgação científica. Raros são os professores que cobram de seus alunos esse tipo de produção textual. O objeto de ensino nesses níveis é prioritariamente a elaboração de artigos científicos, monografias, dissertações, teses, ensaios, etc. Outra razão tem a ver com o fato de que a divulgação científica por ser escrita numa linguagem menos hermética, é vista como uma coisa menor, isto é, ela goza de menos prestígio no meio acadêmico-científico do que a divulgação de um artigo científico, por exemplo. Parece que está bastante presente no nosso imaginário de lingüistas que há textos sagrados (artigos, relatórios de pesquisa, dissertações, teses) dignos de serem dados a circular e outros profanos, indignos de circulação (textos de divulgação científica em geral). Creio que há ainda uma quarta razão para o fato de os lingüistas não darem muita atenção à divulgação científica de seus trabalhos, talvez a mais forte e menos consciente de todas. Trata-se do apagamento de processo de produção do conhecimento, isto é, o texto de divulgação científica, sobretudo o que circula atualmente na grande mídia, se apresenta na maioria das vezes como um texto pasteurizado. Essa pasteurização se dá não apenas no nível lingüístico, ou seja, o uso de uma linguagem mais acessível, mas principalmente pela negação dos conflitos existentes na produção do conhecimento. Além disso, é digna de comentário a afirmação de Altman, (2009, p. 13) sobre o modelo cumulativo de progresso científico que sustentou da lingüística brasileira dos anos sessenta:

O contexto brasileiro dos anos sessenta, fortemente marcado pela necessidade de absorver uma realidade em rápida e intensa transformação social, econômica e política, impulsionava nossos pesquisadores para o futuro, ou melhor, para os modelos de futuro que nos apresentavam os chamados centros produtores de pesquisa (e tecnologia) de ponta. O modelo cumulativo de progresso científico que sustentou (e talvez ainda sustente) esta prática fica evidente no pouco interesse que as primeiras gerações de lingüistas brasileiros dedicaram às tradições lingüísticas do seu passado e pelo desconhecimento quase absoluto da história de outras tradições nacionais latino-americanas.

⁷ Segundo o Professor Carlos Falcão Uchoa, a Universidade Federal do Paraná já oferecia o curso de Lingüística em sua programação desde 1960.

Creemos que esse modelo cumulativo de progresso científico que sustentou boa parte dos trabalhos da ciência lingüística brasileira possa ser estendido e servir como mais uma das possíveis razões para explicar o descaso dos lingüistas com a divulgação científica dos saberes produzidos pela lingüística.

Todavia, embora conscientes de nosso papel nessa questão, gostaríamos de chamar a atenção das associações de estudos lingüísticos para a responsabilidade que estas têm na divulgação científica qualificada dos saberes produzidos pelos lingüistas brasileiros. Referimo-nos especificamente às três maiores ABRALIN – Associação Brasileira de Lingüística, ANPOLL – Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística e o GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. Tanto a primeira quanto a terceira com mais de quarenta anos de funcionamento e a segunda com vinte e cinco anos de existência. Ao realizarmos uma busca nos sites dessas três associações, embora possuam revistas impressas e eletrônicas para a divulgação dos trabalhos realizados pelos lingüistas brasileiros, nenhuma delas tem em seus domínios um informativo sequer sobre divulgação científica em lingüística. Nenhuma delas publica uma linha ao menos sobre divulgação científica.

Acredito que essas associações têm também o compromisso político de tomar os estudos lingüísticos como objeto qualificado de divulgação, criando inclusive um espaço em seus eventos e sites para comunicar e publicar artigos sobre essa questão. Não se trata de didatizar as pesquisas lingüísticas, como têm feito as maiores editoras brasileiras por meio da publicação de manuais introdutórios de lingüística, de forma que fiquem mais palatáveis à grande maioria da população, muito menos de transformar a língua em mais um produto de mercado da sociedade de consumo em que vivemos, oferecido homeopaticamente em doses, tal qual mensalmente fazem, por exemplo, a Revista Língua Portuguesa⁸ e a Discutindo Língua Portuguesa⁹, mas de criar um espaço de diálogo e de reflexão com essa população, a partir da colocação em linha de sites gratuitos de divulgação, evidenciando, entre outras coisas, a importância dos trabalhos de linguística na constituição de um Brasil mais humano.

⁸ A Revista Língua Portuguesa é uma publicação mensal da editora Segmento de São Paulo.

⁹ A Revista Discutindo Língua Portuguesa é uma publicação mensal da Editora Escala Educacional de Curitiba – PR.

Cumprir dizer que quando defendemos a necessidade de divulgação científica qualificada dos trabalhos em lingüística o fazemos à luz de um olhar criterioso sobre o funcionamento de sentidos instituídos que (re) significam na e a nossa sociedade e em vez de evitar a exclusão acabam por promovê-la. Referimo-nos aqui ao fato de que não estamos com essa propozição querendo reforçar uma concepção pragmática de ciência que funciona pelas demandas impostas pelo mercado, ou apagar o processo de produção do conhecimento, identificando informação com divulgação científica, tão em voga na nossa sociedade do consumo, mas justamente proporcionar que todos tenham acesso gratuitamente aos saberes produzidos pela lingüística.

3) CONCLUSÃO QUASE (RE)PROGRAMÁTICA

Podemos considerar a década de 40 como o momento mesmo de irrupção da Lingüística Brasileira. Embora houvesse antes desse período inúmeros trabalhos que buscavam compreender o português americano¹⁰, sobretudo a partir dos mirantes gramatical, histórico, dialetológico e da crítica textual, é com a publicação do “Princípios de Lingüística de Geral” de Mattoso Câmara Jr em 1941 que efetivamente irrompe a ciência lingüística no Brasil. Mattoso Câmara Júnior é considerado por muitas gerações de lingüistas como o iniciador da lingüística de língua portuguesa. Nesse sentido, Princípios de Lingüística Geral, uma obra que teve como objeto de estudos a teoria lingüística de base estruturalista, pode ser considerada um verdadeiro divisor de águas nos estudos sobre a linguagem no Brasil.

Nesses últimos setenta anos, a lingüística brasileira cresceu muito: saiu do completo anonimato com os trabalhos pioneiros de Joaquim Mattoso Câmara Jr. e chegou em 2010 como uma das ciências brasileiras mais fecundas, haja vista o grande número de apresentações e publicações de trabalhos relevantes em eventos e revistas da área tanto no Brasil quanto no exterior. Se olharmos para a história da lingüística brasileira, certamente não na mesma proporção das ciências da observação tal qual a Astronomia e a Astrofísica, que desde o século XIX possuem uma forte propensão à

¹⁰ Referimo-nos aqui aos trabalhos de estudiosos da linguagem que mesmo sem formação universitária específica no campo das Letras tais como Said Ali, Antenor Nascentes, Amadeu Amaral e Souza da Silveira produziram densos trabalhos tendo o português americano como objeto de estudo.

vulgarização científica para os mais diferentes públicos, verificaremos que, desde os seus primórdios, a ciência lingüística brasileira irrompeu com a preocupação de não apenas fazer avançar a teoria lingüística e os estudos lingüísticos relacionados à descrição do português brasileiro nos seus mais diversos níveis lingüísticos, (objetos de trabalho iniciais de Mattoso Câmara Jr.), mas também com o objetivo não menos nobre de divulgar cientificamente tais avanços, relacionando-os, por exemplo, com o ensino de língua portuguesa na escola. Fazemos tal asserção embasados, por exemplo, nos textos publicados por Joaquim Mattoso Câmara Jr. no jornal *Correio da Manhã* em 1934¹¹ e na revista carioca *Cigarra Magazine*¹² entre os anos de 1957 a 1960. Nesses dois veículos, Mattoso publicou uma série de artigos de divulgação, que tinham basicamente o objetivo de dar a conhecer não só as teorias lingüísticas estruturalista e antropológica (teorias lingüísticas às quais se filiava) e, contribuir com a formação dos professores de língua portuguesa do ensino secundário, mas também com a divulgação da pesquisa lingüística brasileira da época. São textos que trataram de temas que vão desde os estudos filológicos até a alfabetização indígena. Segundo Uchoa (2004, p. 08), Mattoso Câmara ao longo de sua carreira escreveu:

ensaios ou crônicas sobre correntes lingüísticas (como a glotocronologia e o estruturalismo), sobre lingüistas (como Jespersen, Jakobson, Said Ali...), sobre o panorama de estudos de um país (como o sobre *A Lingüística Brasileira*) e um sem-número de resenhas ou resenhas críticas de obras de lingüistas de várias nacionalidades (brasileiros também). Esta parte de sua bibliografia exerceu, nas décadas de 40, 50 e 60, um importante papel para a difusão, entre nós, de idéias em voga no campo do estudo da linguagem, divulgadas através do filtro crítico de um lingüista atualizado e sagaz.

É possível asseverar que fazia parte então do projeto de Mattoso Câmara Jr. também a divulgação científica. Ou seja, ao lado de suas preocupações com teoria lingüística, com a descrição do português e a formação de professores

¹¹ Trata-se de um conjunto de textos destinados aos professores de português com o título de *Lições de Português*.

¹² Mais detalhes sobre os trabalhos de divulgação científica de Mattoso Câmara podem ser obtidos no livro de Carlos Alberto Falcão Uchôa, intitulado “A colaboração de Mattoso Câmara em a *Cigarra* (1957 – 1960)”. *Confluência*, Rio de Janeiro, número 20, 2000.

de língua portuguesa, sempre esteve presente no projeto mattosiano uma preocupação com a divulgação científica da ciência lingüística brasileira.

Ataliba de Castilho, em seu artigo “Breve memória do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo”, publicado no livro “Gel: 40 anos de história na lingüística Brasileira” ao historicizar sobre o papel do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo – GEL e da Associação Brasileira de Lingüística – ABRALIN - na consolidação da lingüística brasileira, nos diz o seguinte:

Quando o GEL foi criado, tivemos de nos preparar na ciência e produzir conhecimento lingüístico sobre o Brasil. País multilíngüe, pouco sabíamos sobre as línguas indígenas e sobre o português brasileiro – para o qual ainda não tinha sido cunhada a sigla PB. Muito esforço depois, dispomos hoje de um conhecimento notável sobre esses campos, embora ainda haja o que fazer. Está na hora de elaborar teorias com base nessa empiria toda. Está na hora de ingressar a Lingüística brasileira em sua maioridade. (...) Mas já é tempo de os lingüistas brasileiros interpretem os resultados obtidos ao longo de décadas de investigação, buscando as generalizações de que as teorias são feitas. Somos perfeitamente capazes disso. Nesse novo tempo, nossos lingüistas se ombrearão aos colegas do exterior, desterrando de vez o espírito colonizado que ainda persiste em nossos meios científicos. Nessa altura, todo o enorme esforço das diretorias e dos associados do GEL e da Abralín farão sentido. (CASTILHO, 2009, p. 55 e 6)

Concordamos com a afirmação de Castilho sobre a necessidade premente de os linguistas brasileiros construírem suas próprias teorias, interpretando dados obtidos ao longo de décadas de pesquisa, buscando as generalizações a partir das quais as epistemologias são elaboradas e com isso *desterrando de vez o espírito colonizado que ainda persiste em nossos meios científicos* como forma de a ciência lingüística brasileira atingir a sua maioridade. Entretanto, acreditamos que essa maioridade científica só virá, se realizarmos também um esforço muito grande na construção de uma política de divulgação científica qualificada dos trabalhos da lingüística brasileira. Defendemos que a construção das teorias deve vir necessariamente acompanhada de todo um trabalho de divulgação científica. Pouco adianta produzir epistemologias que não circulam ou, na melhor das hipóteses, cuja circulação seja restrita a um pequeno grupo de pessoas. Nesse sentido, as três associações ABRALIN, ANPOLL e GEL poderiam

hospedar em seus domínios na internet um *site* ou mesmo uma revista única¹³ que desse a circular no gênero divulgação científica nas mais diversas escolas e áreas das ciências da linguagem trabalhos produzidos por lingüistas brasileiros. Essa iniciativa conjunta, por um lado teria condições de promover o desenvolvimento da divulgação científica da lingüística brasileira e, por outro, poderia realizar, por exemplo, todo um trabalho de divulgação de importantes pesquisas da lingüística brasileira tais como a Gramática do Português Falado, as pesquisas do PHPB – Para a História do Português Brasileiro ou a História das Idéias Lingüísticas ou ainda o Atlas Lingüístico do Brasil, somente para citar alguns dos relevantes trabalhos já realizados ou em desenvolvimento na lingüística brasileira. Inicialmente, tais textos poderiam ser publicados em português e num segundo momento em inglês, francês e espanhol. A publicação em outras línguas visa a possibilitar que outras pessoas além dos lusófonos tenham acesso às pesquisas lingüísticas brasileiras. Acreditamos que essa medida obviamente não constitui uma panacéia para os problemas da sociedade brasileira, todavia contribuirá fortemente para que se construa pelo menos uma sociedade menos preconceituosa no tocante às questões lingüísticas, o que implica tornar as pessoas verdadeiramente humanas.

Ademais, gostaria de dizer uma palavra ainda sobre a necessidade premente tornar os estudos lingüísticos como objeto qualificado de divulgação científica, não se trata de inscrever esses estudos no modo mercadológico em que a grande mídia opera em nossa sociedade, espaço em que a informação é mais um produto que se comercializa, mas principalmente num gesto de resistência frente àqueles que com objetivos escusos olham a língua como uma variante antropológica, destituída de qualquer relação com os sujeitos, com a história, com a ideologia e com a sociedade.

¹³ Apesar de cada uma das associações lingüísticas brasileiras ter objetivos e metas que são atinentes especificamente a elas, defendemos a criação de um único *site* ou revista de divulgação científica para as três associações. Tal defesa embasa-se não apenas no critério econômico, pois um único *site* implicaria economia de recursos financeiros, e não só fato de que juntas as três associações poderiam produzir e alimentar um *site* mais qualificado, mas, sobretudo, na possibilidade concreta da união de esforços com vistas a criação de uma política lingüística para o Brasil. Política essa que possibilite a todos os habitantes brasileiros não só a língua de Estado, por meio da alfabetização, da educação formal, mas, sobretudo o direito ao uso de suas línguas maternas.

4) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil. In: *Revista argentina de historiografía lingüística*, I, 2, 115-136, 2009.

BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2000.

BORTONI-RICARDO, E. M. **Nóis cheguemu na escola: e agora?** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2005.

CIPRO NETO, P. **Problema e regenerar** In: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/linguaportuguesa/fonologia/rotacismopobremaregenerar.htm>

CASTILHO, A. “Breve memória do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo” In: BRUNELLI, A. F. **Gel: 40 anos de história na lingüística Brasileira**. São Paulo, SP: Paulistana, 2009.

LEITE, M. “De onças e antas”, Caderno Mais, Folha de S. Paulo, 13 de janeiro de 2008.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

_____. Mudanças ortográficas no horizonte. In: BARONAS, R. L. **Do acordo à reforma ortográfica: reflexões lingüísticas & discursivas**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2010 (no prelo).

FIORIN, J. L. O acordo ortográfico: uma questão de política lingüística. In: BARONAS, R. L. **Do acordo à reforma ortográfica: reflexões lingüísticas & discursivas**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2010 (no prelo).

HADDAD, F. Programa Bom Dia, Ministro. In: http://clipping.radiobras.gov.br/clipping/novo/bomdia_ministro_detail.php?id=1182

GUILHAUMOU, J. **Lingüística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2009.

MACHADO, J. “Lula e a língua do povo”, publicado na Revista Educação em 30 – 05 – 2003.

MOIRAND, S. Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007.

PONTES, E. S. L. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. Fundação Nacional Pró-Memória: São Paulo: Ática, 1986.

POSSENTI, S. **A língua na mídia**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação, lingüística, mídia & preconceito**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2005.

TRIBUNA IMPRESSA. **Nas ruas, um castigo para a língua portuguesa**. Araraquara, SP: maio de 2008.

VELOSO, C. **Lingüistas**. In: <http://www.obraemprogresso.com.br/2008/09/page/2/>

UCHÔA, C. A. F. **A colaboração de Mattoso Câmara em a Cigarra (1957 – 1960)**. Confluência, Rio de Janeiro, número 20, 2000.

_____. Os estudos e a carreira de Mattoso Câmara. In: CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Dispersos**. Nova edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna, 2004.

